

ORGANIZAÇÃO DA A.P.U.

- Administração direta = órgãos
 - Atividade centralizada
- Administração indireta = entidades
 - Atividade descentralizada
- **Autarquias**
 - Criadas por lei
 - P.J. de direito público
 - Atividades típicas da A.P.
- **Fundações públicas**
 - De direito:
 - Público: criadas por lei
 - Privado: autorizadas por lei
- **Empresas públicas**
 - Autorizadas por lei
 - Em regra, exploradora de atividade econômica
 - P.J. de direito privado (qualquer formato aceito no direito)
 - Capital social 100% público
- **Sociedade de economia mista**
 - Autorizadas por lei
 - Em regra, exploradora de atividade econômica
 - P.J. de direito privado → **só sociedade anônima!**
 - Maioria do capital social pertencente ao estado (público)

Não têm PJ própria

Têm PJ própria

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

ASPECTOS GERAIS

- Refere-se a todos órgãos e entidades governamentais dos 3 poderes (não só poder executivo)

Sentido:

Objetivo → atividades relacionadas à função administrativa

Subjetivo → órgãos e entidades (formal/orgânico)

Atividades **típicas** da administração:

1. Fomento
2. Polícia administrativa
3. Serviços públicos
4. intervenção

REGIME JURÍDICO DA ADMINISTRAÇÃO

- A administração se submete a **ambos os regimes**, conforme preceitua a CF/88 e as leis
- Mas nunca será integralmente privado!

REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO

- Normas que disciplinam **poderes, deveres, direitos** vinculados à

supremacia e indisponibilidade dos direitos fundamentais

(= relação vertical)



→ Os interesses da sociedade são indisponíveis

↓
Limitam a liberdade da administração

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA



RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO

- É **objetiva**
 = independe de dolo e culpa
- Cabe ação regressiva contra o **agente público** que causou o dano, se dolo ou culpa
 a responsabilidade do agente é **subjetiva**
- Alcança os **danos** causados a terceiros usuários e não usuários do serviço público

! ATENÇÃO!


As empresas públicas e sociedades de economia mista exploradoras de atividades econômicas não são alcançadas pela responsabilidade civil objetiva.



IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

- Natureza **civil**
- Tipificados em **lei federal**
- Tipos:
 1. Geram enriquecimento ilícito
 2. Causam prejuízo ao erário
 3. Atentam contra os princípios da administração
 4. Decorrentes de concessão ou aplicação indevida de benefícios financeiros ou tributários
- Resultarão em:
 1. Perda do cargo/função
 2. Suspensão dos direitos políticos
 3. Indisponibilidade dos bens
 4. Ressarcimento ao erário

NÃO CONFUNDIR:

- Perda do cargo
- Suspensão dos direitos políticos
 (Não é "perda dos direitos políticos"!!) 

PUBLICIDADE

- 2 sentidos:
 - Publicidade em órgãos oficiais como requisito de eficácia.
 - Exigência de transparência na atuação administrativa.
- Não é absoluto!
 - Exceções:
 - Dados pessoais (Intimidade)
 - Informações sigilosas (Segurança)

LEGALIDADE

- 2 sentidos:
 - **Aos particulares**: ninguém é obrigado a fazer algo, senão em virtude de lei. Pode fazer tudo o que não for proibido (Princípio da autonomia da vontade)
 - **À administração pública**: a adm. só pode agir quando houver previsão legal. (Princípio da legalidade estrita)

Exceções: { Medida provisória
Estado de defesa
Estado de sítio

EFICIÊNCIA

- 2 sentidos:
 - Modo de atuação do agente público.
 - Organização e funcionamento da administração. (Administração Gerencial)

MORAUDADE

- Administração deve agir conforme moral e bons costumes, honestidade...
- 3 sentidos:
 - Princípio da Probidade
 - Observância dos costumes administrativos
 - Concretização dos valores da lei
- Verificada no **conteúdo** do ato → Não importa a intenção.

IMPESSOALIDADE

- Tem 5 sentidos:
 1. **P. da Finalidade**: o ato adm. deve seguir (= interesse público) o fim público e a finalidade especificada (geral) (específico) em lei.
 2. **P. da Igualdade**: atender a todos os (= isonomia) administrados sem discriminação indevida.
 3. **Vedação à promoção pessoal**.
 4. **Impedimento e suspeição**: afastar dos processos pessoas impossibilitadas de imparcialidade.
 5. **Validade dos atos dos agentes de fato**.

ADMINISTRAÇÃO
pública

= PRINCÍPIOS
EXPRESSOS =

P. DA MOTIVAÇÃO

- A administração deve indicar os fundamentos de { fato
direito
 - + correlação lógica.
 - **Todos** os atos devem ser motivados, salvo exoneração de cargo comissionado.
- Mas, se motivar, aí o ato vincula-se aos motivos apresentados.

PEGADINHA!

P. DO CONTROLE OU TUTELA

- Administração indireta deve observar o princípio da **especialidade** (Finalidade institucional)



P. DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE

- Atuar conforme critérios racionais e sensatos.
- Equilíbrio entre meios e fins.
- Adequação
 - Necessidade
 - Proporcionalidade em sentido estrito

P. DA AUTOTUTELA

- Adm. Pública pode controlar seus próprios atos:
 - Anular → Ilegais (O controle judicial também pode)
 - Revogar → Inconvenientes ou inoportunos

P. DA SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO

= Prerrogativas administrativas

- Na elaboração e execução das leis
- Aplicação:
 1. Atributos dos atos administrativos
 2. Cláusulas exorbitantes
 3. Poder de Polícia
 4. Intervenção do Estado na propriedade privada

P. DA INDISPONIBILIDADE DO INTERESSE PÚBLICO

= Sujeições administrativas

- Presente em toda a atuação da Adm. Pública (Seguir a vontade da Lei)
- Poder-dever de agir
- Inalienabilidade dos direitos concernentes ao interesse público

P. DA CONTINUIDADE DO SERVIÇO PÚBLICO

- A qualquer atividade administrativa
- Consequências
 - Limitação de greve dos servidores
 - Necessidade de suplência, delegação...
 - Encampação...
- Não é descontinuidade do Serviço Público sua interrupção em situação de emergência ou após o prévio aviso, quando
 - por razões técnicas ou de segurança
 - por inadimplemento do usuário.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PRINCÍPIOS IMPLÍCITOS

P. DA ESPECIALIDADE

- Decorre dos princípios

da {

- Legalidade
- Indisponibilidade do interesse público

- Relacionado à **descentralização administrativa**

Criação das entidades para **finalidades específicas**

→ Vedadas atividades diversas das previstas em lei.

P. DA SEGURANÇA JURÍDICA E PROTEÇÃO À CONFIANÇA

- Para assegurar a estabilidade das relações jurídicas **já consolidadas**

→ {

- Direito adquirido
- Coisa julgada
- Ato jurídico perfeito

- É a base para a edição das Súmulas Vinculantes
- Veda a **aplicação retroativa** de novas interpretações

ADMINISTRAÇÃO
pública

= PRINCÍPIOS
= IMPLÍCITOS =

P. DO CONTRADITÓRIO E

AMPLA DEFESA

→
Direito de saber das alegações e delas se contrapor

→
Valer-se de todos os meios e recursos válidos para provar o que alega

- Aos litigantes em processo {
 - judicial
 - administrativo

- Relacionados ao princípio do devido processo legal

⚠ ATENÇÃO!



Em Processos Administrativos Disciplinares (PAD), não é obrigatória a defesa técnica por advogado.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

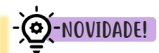
RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO

- Responsabilidade objetiva do Estado, na modalidade Risco Administrativo + Teoria da Culpa Administrativa no caso de danos decorrentes de omissão.
- Permite direito de regresso:
= reaver do agente o que pagou ao lesado se aquele procedeu com dolo ou culpa. (Análise subjetiva)


REQUISITOS PARA A DEMONSTRAÇÃO

- Dano:  = juridicamente tutelado pelo Estado
 - Deve ser jurídico. (Não só econômico)
 - Pode decorrer de uma ação lícita.
 - Material ou moral.
- Conduta administrativa:
 - Por agente público agindo nessa qualidade. (sentido amplo)
- Nexo causal:
 - Conduta  Dano

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA



(Lei 14.230/21)

- = As condutas tipificadas nos Arts. 9, 10 e 11..
 "Rol taxativo" (Polêmica nos arts. 9 e 10, com "notadamente")
- Ilícito de natureza civil e política.

ESPÉCIES:

- Enriquecimento ilícito
- Dano ao erário
- Lesão a princípios
- * Concessão de benefícios indevidos não é mais espécie.
- Resultarão em:
 - Perda da função pública
 - Perda dos bens acrescidos ilicitamente
 - Multa civil
 - Suspensão dos direitos políticos
 - Proibição de contratar com o poder público e receber benefícios

CONCURSO PÚBLICO

- Para acesso a cargos ou empregos públicos
 - Provas ou provas + títulos
 - Não se aplica aos cargos em comissão
 - Sozinhos não!
 - Validade: até 2 anos, prorrogável por igual período
 - Aprovados dentro do número de vagas têm direito subjetivo à nomeação

Contratação por tempo determinado → Excepcional interesse público (sem concurso)

Hipóteses expressamente previstas em lei

ACESSO A CARGOS PÚBLICOS

- Brasileiros → cumpram requisitos em lei
- Estrangeiros → na forma da lei (lei autorizadora)

ENTENDIMENTOS IMPORTANTES

- Devem ser previstos em lei:
 - Exigência de exame psicotécnico
 - Limite de idade
 - Exigência de experiência profissional

Editais não podem restringir pessoas com tatuagens, salvo conteúdo que viole valores constitucionais

AGENTES PÚBLICOS

CARGO EM COMISSÃO x **FUNÇÃO DE CONFIANÇA**

Percentual mínimo por servidor de carreira

Somente por servidores de carreira

- Livre nomeação e exoneração
- Direção, chefia e assessoramento

DIREITOS SOCIAIS DO SERVIDOR PÚBLICO

- Têm direito à **livre associação sindical**
- Direito de **greve**: norma de eficácia limitada
- Aos militares são **vedadas**:
 - A sindicalização
 - A greve

TÊM DIREITO A:

- Salário mínimo
- 13º salário
- Jornada \leq 8hs diárias e 44hs semanais
- Repouso semanal remunerado preferencialmente aos domingos
- Férias
- Licença gestante e paternidade
- Proteção ao mercado de trabalho da mulher
- Redução dos riscos de trabalho
- Proibição de diferença de salários, funções e admissão por sexo, cor, estado civil
- Adicional noturno
- Salário-família
- Auxílio alimentação (salvo inativos)

NÃO TÊM DIREITO A:

- Seguro desemprego
- FGTS
- Piso salarial
- Aviso prévio

REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES

- Fixada por **lei específica** (Iniciativa privativa em cada caso)
- Subsídio = parcela única
 Vedado qualquer acréscimo, salvo verbas indenizatórias
- Teto remuneratório geral = Subsídios dos ministros do STF
 - Não se aplica aos empregados públicos de empresas estatais não dependentes
 - Não se aplica às parcelas indenizatórias!

NOS ESTADOS/DF:

- Subteto por poder
- Podem fixar subteto único
 = subsídio dos **desembargadores**

NOS MUNICÍPIOS:

- Subteto = subsídio do **prefeito**

AGENTES PÚBLICOS

SERVIDORES E MANDATO ELETIVO

- Investido em mandato { Federal, Estadual, Distrital } → Afastado do cargo
- Investido em mandato de **prefeito** { Afastado do cargo e pode optar pela remuneração }
- Investido em mandato de **vereador**, poderá:
 - Se houver compatibilidade → acumular os cargos de horários (único que pode acumular!)
 - Se não → mesmo caso do prefeito

agentes públicos

APOSENTADORIAS DO RPPS (Atualizado conforme a EC 103/2019)

- Valor: $\begin{cases} \geq \text{salário mínimo} \\ \leq \text{limite máximo do RGPS} \end{cases}$

(EC 103/2019): os entes federativos passam a ser obrigados a instituir esse regime (por lei de iniciativa do executivo)

- As regras para cálculo das aposentadorias serão disciplinadas em lei do respectivo ente
- Aposentadoria por incapacidade permanente para o trabalho (anterior "aposentadoria por invalidez")

Condições:

- Servidor permanentemente incapacitado
- Não ser possível a readaptação

- Aposentadoria compulsória

- 70 anos ou 75 anos, na forma de lei complementar
- Não se aplica aos ocupantes de cargos exclusivamente em comissão (STF)

- Aposentadoria voluntária:

- No âmbito da União: Estados, DF e municípios podem definir os próprios requisitos de idade

	Idade
Homem	65 anos
Mulher	62 anos

- Abono permanência → ao servidor que pode aposentar, mas continua em serviço
(EC 103/2019): equivalente, no máximo, ao valor de sua contribuição previdenciária
 - Cada ente decide se institui ou não


REGIME PREVIDENCIÁRIO

- RGPS aplica-se a:
 - Empregados públicos
 - Ocupantes de cargo em comissão
 - Ocupantes de função temporária
 - Ocupantes de cargo eletivo (EC 103/2019)
- RPPS aplica-se a servidores efetivos
 - Tem caráter contributivo e solidário
 - Fontes de contribuição:
 - Ente público
 - Servidores ativos
 - Aposentados e pensionistas

A EC 103/2019 vedou:

- A criação de novos regimes previdenciários pelos entes federativos
- A existência de > 1 RPPS e > 1 órgão ou entidade gestora por ente federativo

ESTABILIDADE ||

- Após **3 anos** de efetivo exercício
+ avaliação de desempenho
- Só **perde o cargo** nos casos de:  **DECORE!**
 - Sentença judicial transitada em julgado
 - Processo administrativo (com ampla defesa)
 - Avaliação periódica de desempenho
 - Excesso de despesa com pessoal

READAPTAÇÃO ||

- O servidor ocupante de **cargo efetivo** pode ser readaptado ao exercício de um cargo com {atribuições
responsabilidade} **compatíveis** com a **limitação** que tenha sofrido
- Enquanto o servidor permanecer em condição de **limitação** (na capacidade física ou mental)
- Manterá a **remuneração** do cargo de origem

agentes
públicos

REINTEGRAÇÃO ||

- Invalidada por **decisão judicial** a demissão do servidor
- Eventual **ocupante** de vaga será, se estável:
 - Reconduzido ao cargo de origem,
 - Aproveitado em outro cargo ou
 - Posto em disponibilidade

DISPONIBILIDADE ||

- **Extinto** o cargo ou declarada sua **desnecessidade**:
- Remuneração proporcional ao tempo de serviço